

# De Novo Hamburgo a Amsterdã: quando o Sul estuda o Norte

**Margarete Fagundes Nunes<sup>232</sup>**

## Introdução

Fui convidada a escrever este capítulo sobre a experiência de trabalho de campo no exterior em um momento de afastamento dos encontros face a face, das interações sociais, dos bate-papos e passeios livres e descomprometidos pelas ruas das cidades. Quando escrevi as primeiras linhas deste texto, havia exatamente quatorze meses do início da quarentena e do distanciamento controlado impostos pela pandemia da covid-19. Uma pandemia que nos exigiu e tem nos exigido um repensar das antigas formas de relações sociais, desde as relações com os mais próximos, com os familiares e amigos, àquelas fortuitas e formais, estabelecidas com pessoas de fora dos nossos círculos imediatos.<sup>233</sup>

Essa reinvenção cotidiana nos interpelou na área das ciências sociais e humanas. De 2020 a 2021, ministramos nossas aulas de modo remoto,

---

<sup>232</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Pesquisadora associada do BIEV\UFRGS e NAVI\UFSC.

<sup>233</sup> Ainda que boa parte da população brasileira tenha resistido ao distanciamento controlado, pelas mais variadas razões: dificuldades impostas pelo trabalho e necessário deslocamento cotidiano aos espaços públicos; questões de ordem cultural, isto é, pela insistência em manter espaços de sociabilidade e contatos de proximidade física; negação da própria doença e das suas consequências; não obstante, a pandemia forçou-nos a adotar mudanças na forma de nos relacionarmos uns com ou outros, em casa e na rua, no espaço da vida privada e no espaço público.

inclusive as de práticas etnográficas, sob os olhares atentos, curiosos e, por vezes, confusos dos acadêmicos. Orientamos nossos alunos e alunas a dar prosseguimento aos diálogos em campo, ainda que cada vez mais afastados da observação participante no sentido malinowskiano do termo: de uma imersão prolongada em campo, de uma experiência direta, pessoal, existencial. Em seu lugar, impuseram-se observação e participação remotas, mediadas pelas tecnologias.

Mas, aqui, não centrarei na pandemia e nos desafios diante dela. Apenas a menciono como ilustração do cenário no qual foram evocadas as lembranças de Amsterdã. Por certo, as lembranças por causa desse cenário me afetaram de modo bastante particular. Então, eu peço desculpas aos leitores se porventura em algumas passagens o texto soar um tom melancólico, nostálgico, por dar vazão à narrativa de um tempo passado que foi atravessada pela experiência da pandemia, quando os desafios em relação ao trabalho de campo passaram a ser outros.

Realizei o estágio pós-doc. em Amsterdã de julho de 2013 a fevereiro de 2014. O estágio vinculou-se ao projeto “Modernidade, o meio ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, coordenado pela professora Dra. Carmen Rial, da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o professor Dr. Freek Colombijn, da VU Amsterdam – Vrije Universiteit Amsterdam (Universidade Livre de Amsterdã). O projeto contou com o apoio da CAPES, por meio do programa CAPES\NUFFIC, e abrigou diversos subprojetos.

Por sugestão do meu supervisor de pós-doc. no exterior, o professor Dr. Freek Colombijn, realizei a pesquisa com alguns moradores que vivem em casas-barco sobre as águas dos canais de Amsterdã e do rio Amstel. Meu objetivo, na época, era compreender algumas especificidades desse modo de vida e, ao mesmo tempo, a relação desses moradores com o uso das águas urbanas. Eu pretendia compreender as motivações iniciais desses sujeitos para a adoção desse modo de vida, os sentidos e desafios cotidianos de viver sobre a água, a relação desses moradores com o meio ambiente, especialmente no manejo e contato direto com as águas urbanas. O resultado dessa experiência está publicado em capítulo de livro, organizado pela professora

Carmen Rial, e pode ser acessado online nos sites da Associação Brasileira de Antropologia e do Núcleo de Antropologia Visual da UFSC (Margarete Nunes; Luciano Jahnecka, *in* Carmen Rial, 2016).

Hoje, ao narrar a experiência de campo, recordo de alguns momentos que ganham novos sentidos pela distância espaço-temporal que me separa de Amsterdã e dos oito anos transcorridos.

Para efeito de discussão, dividi o capítulo em alguns eixos: no primeiro, trago a narrativa sobre o deslocamento e o viver em Amsterdã; no segundo, narro a experiência acadêmica no exterior, seguramente o ponto mais forte do capítulo, seguido de breves considerações sobre o campo propriamente dito, isto é, sobre o diálogo estabelecido com os moradores das casas-barco.

## A experiência em Amsterdã

Roberto Da Matta (1978), no seu clássico texto *O ofício de etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”*, aborda a dimensão humana da prática antropológica, mais especificamente, do trabalho de campo enquanto experiência subjetiva e intersubjetiva e suas implicações na construção do conhecimento. Desse modo, ele apresenta a experiência do fazer antropológico demarcando pelo menos três fases: a preparação teórico-conceitual, a preparação prática (antevéspera da pesquisa) e a fase da experiência *in locus*, quando da imersão do antropólogo em campo e todas as questões de ordem pessoal e existencial que isso envolve.

Eu quero destacar do texto de Da Matta exatamente essa dimensão humana, subjetiva e existencial para falar da minha experiência de campo no exterior. Da Matta se concentra nessa dimensão ao abordar a terceira fase, que é a experiência de campo propriamente dita. Para o autor, o *Anthropological Blues* liga-se aos aspectos extraordinários da situação de campo, às descobertas provocadas pelo exercício de transformar o exótico em familiar, ou vice-versa, e esse movimento só acontece pela experiência de descentramento do próprio antropólogo, que, ao se afastar das suas

referências culturais, experimenta a solidão e a saudade. Mas, se o *Anthropological Blues* é essa dimensão pessoal e existencial da prática etnográfica, ele se insinua aquém e além dessa terceira fase, isto é, pode despontar na fase do pré-campo, quando estamos ainda nos organizando para uma saída prolongada, como é o caso de uma pesquisa de campo no exterior, mas, sobretudo, pode retornar na situação de pós-campo, por força do exercício da memória, na ocasião da reverberação das lembranças do *estar lá* (Clifford Geertz, 1989). Digo isso porque o descentramento já inicia, ainda que timidamente, na antevéspera da pesquisa, na preparação e expectativa do que está por vir.

A pesquisa em Amsterdã não foi só a minha primeira experiência de campo no exterior, foi a primeira experiência de uma estada prolongada no exterior. Havia saído raras vezes, por passeio ou por participação em congressos e encontros de antropologia, quase todos na América Latina. Havia tentado uma saída para o exterior durante o meu doutorado na UFSC. Cheguei a ser contemplada com uma bolsa sanduíche para uma estada em Cádiz, na Espanha, mas não consegui realizar, na época, porque a bolsa atrasou e o período coincidiu com o meu retorno à atividade docente depois da licença de dois anos concedida pela Universidade Feevale, instituição onde atuei até o ano de 2021. Os empecilhos que eu tive para realizar essa experiência de campo durante o doutoramento são similares aos que eu identifico, hoje, com muitos alunos de pós-graduação: dificuldades de afastamento do trabalho, de acesso à bolsa, domínio de idioma, entre outras.

Lembro-me de que o primeiro semestre de 2013, que antecedeu a minha ida para Amsterdã, foi extremamente tumultuado e de muita apreensão. Além de todas as questões organizativas e burocráticas que envolvem a aquisição do visto, o que me mobilizou por muitos turnos e também provocou vários deslocamentos para Porto Alegre, eu precisava dar conta de deixar o trabalho organizado na Universidade, desde as disciplinas, coordenações de projetos e outras atividades que deveriam ser transferidas para colegas durante o meu afastamento. Eu recém havia me integrado em um

dos programas de pós-graduação, era o meu primeiro semestre no Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Para o visto, eu precisava da tradução juramentada de português\holandês de vários documentos. Essa tradução juramentada para o holandês não era tão comum. A profissional que me indicaram residia em Curitiba, e como ela precisava dos documentos originais, para todo o fluxo de comunicação e tradução, contei com o velho Sedex.

Concomitantemente à preparação dos documentos, eu deveria agilizar a questão da moradia em Amsterdã. Para isso, iniciei um diálogo com a VU Amsterdam, que providenciou toda essa parte. A VU estabelece parcerias com outras instituições para a organização de moradias aos estudantes e pesquisadores de todos os níveis. Fiz o pagamento adiantado de mais de um mês de aluguel, já no final de maio, para que, na minha chegada, tudo estivesse devidamente organizado. Já sabia, de antemão, que eu iria habitar um apartamento em um dos prédios do *campus* universitário *Uinlestedede*, em Amstelveen, município vizinho de Amsterdã. Não tinha a menor ideia do tamanho de Amsterdã, das diferenças de escala entre Amsterdã e uma cidade brasileira como Porto Alegre. Com a ajuda do Google Maps, comecei a passear pelas ruas da cidade antes da viagem, bastante impressionada com os nomes escritos em holandês: das ruas, dos bairros e das localidades, língua com a qual eu não tinha, e continuo não tendo, familiaridade.

Lembro-me de que adquiri alguns livros sobre os Países Baixos antes de viajar e tentei me informar, ainda que não com a profundidade que a empreitada merecia, de algumas questões básicas sobre Amsterdã e os Países Baixos. Outros eu recebi de presente da embaixada holandesa no Brasil.

O meu visto atrasou quase quinze dias, de modo que a viagem marcada para 1° de julho só pôde acontecer em 14 de julho. Havia trocado alguns e-mails com o professor Dr. Freek Colombijn. Ele me informou de que o período da minha chegada coincidiria com o período de férias da VU Amsterdam e que ele me conduziria para algumas questões organizativas nas primeiras semanas e depois se afastaria por ocasião das férias, retornando em final de agosto, o que, de fato, aconteceu.

Como eu viajaria sozinha e não conhecia a cidade, tomei várias precauções, bastante comuns para quem vive no Brasil ou em qualquer país da América Latina: evitei escalas em outras cidades da Europa para chegar ainda de dia em Amsterdã, evitei tomar o trem e preferi o táxi, o qual me conduziu diretamente para o endereço da imobiliária DUWO, onde eu deveria buscar as chaves do apartamento. A imobiliária localizava-se dentro do próprio bairro de Amstelveen, perto do prédio onde eu iria residir. Embora eu tenha vivido lá por quase sete meses, nunca abandonei alguns cuidados excessivos, característicos de quem habita regiões metropolitanas no Brasil: mantinha-me atenta para qualquer tipo de abordagem, evitava situações de confronto, zelava pelos meus pertences, especialmente dinheiro e passaporte. Lembro-me de ouvir os mesmos comentários de uma amiga brasileira, mais de uma vez: “Relaxa, não precisa segurar a bolsa desse modo, ninguém vai te assaltar aqui.”

Ao chegar no apartamento, tomei um susto: achei pequeno, escuro, com pouquíssima mobília: um fogão elétrico de duas bocas, um armário suspenso, uma geladeira, duas pequenas poltronas, uma mesa pequena, uma cama de solteiro e uma tv. Havia muitos anos que eu deixara de viver em apartamento, ainda mais assim, tão minúsculo. Aliás, vivi pouco tempo em apartamentos em toda a minha vida, cerca de três a quatro anos apenas, especialmente quando residi em Porto Alegre, nos anos 1990. Moro em Novo Hamburgo, na região do Vale do Rio dos Sinos, onde ainda há muita oferta de locação e venda de casas de moradia, com espaço amplo, quintal etc., apesar de o município integrar a região metropolitana de Porto Alegre.

Ao chegar, tive algumas dificuldades básicas, tais como: não consegui ligar o computador na tomada por causa da diferença dos pinos do cabo de força; além disso, descobri que a internet era discada, não havia wi-fi em nenhum dos apartamentos, quando, no Brasil, já tínhamos, naquele período, abandonado essa tecnologia via telefone havia anos. Mas esses percalços permitiram-me fazer a primeira amizade no prédio, quando nas idas e vindas tomando o elevador narrei o acontecido a outra moradora que também

acabara de chegar, uma doutoranda que viera do norte da Espanha, e acabamos nos auxiliando nas dificuldades domésticas dos primeiros dias.

Logo descobri como fazer o percurso Uinlenstede/Amstelveen a VU Amsterdam. Não valia a pena tomar o *tram* por causa de duas ou três paradas. Nos primeiros dias, fazia o percurso a pé. Em seguida, para me inserir no modo de vida local, providenciei a compra de uma bicicleta. A bicicleta passou a ser o meu principal meio de transporte para deslocamentos à universidade, ao supermercado e, inclusive, mais tarde, em alguns dos trajetos da pesquisa de campo. Por meio da bicicleta, também percorria rotas às margens do rio Amstel, em direção ao centro de Amstelveen e ao Amsterdam Bos, que é um imenso parque localizado na fronteira entre Amsterdam/Amstelveen.

Eu fazia longos trajetos a pé ou de bicicleta em Amsterdã e Amstelveen. Sinto saudades dos passeios de bicicleta em rotas que pareciam não ter fim. É possível percorrer quase toda a cidade de bicicleta com muita segurança. Nos primeiros dias, quando eu avistava o sinal aberto para atravessar de bicicleta algumas avenidas com maior fluxo de carros, ficava insegura de manter a velocidade. Meu receio era que os carros não parassem, que os motoristas pudessem não obedecer ao sinal. No entanto, isso não acontecia. Assim como nas avenidas principais, também nas ruas, no interior dos bairros, havia demarcação do espaço para o trânsito dos carros, das bicicletas e para o trajeto dos pedestres. Do mesmo modo, nos parques. Eu ficava bastante atenta à sinalização para não cometer infração, pois ouvia relatos de que os holandeses eram muito rígidos na aplicação de multas para quem não cumprisse as leis. Nos primeiros dias, eu me atrapalhava com a sinalização que se deve fazer com a mão\braço por intenção de virar à esquerda ou à direita, porque, como o fluxo de ciclistas é intenso em algumas horas, especialmente nas avenidas mais movimentadas, as sinalizações devem ser feitas com antecedência, para evitar choque de bicicletas. Nos primeiros dias, quando ainda não estava familiarizada com a intensidade desses deslocamentos, lembro-me de ter ouvido alguns xingamentos em holandês, os quais, para a minha sorte, não consegui traduzir.

Há por quase toda a cidade muitos estacionamentos públicos para bicicletas, não apenas em Amsterdã, também em outros municípios. Esses estacionamentos chamam a atenção pela grande quantidade de bicicletas que comportam, o que se imagina que a tarefa de localizar novamente a bicicleta no meio de tantas outras seja uma missão quase impossível.

Quando retornei a Novo Hamburgo e região, eu comprei uma bicicleta na esperança de adotá-la como meio de transporte diário. Minhas tentativas frustraram por várias razões: quase não existem ciclovias, corre-se o risco de ser atropelada nas vias, pois é preciso dividir o espaço com carros, ônibus, motocicletas; dependendo do horário e das avenidas que se vai percorrer, teme-se ser vítima de assalto e perder os pertences, inclusive a bicicleta; o relevo não ajuda nenhum pouco, pois boa parte da cidade de Novo Hamburgo fica em cima de morros, de modo que alguns itinerários de bicicleta exigem muita preparação física para subir e descer ladeiras. A bicicleta tem sido, desde então, exclusiva para alguns raros passeios.

Há, todavia, em Amsterdã, muitos furtos de bicicletas por causa da demanda em virtude do uso cotidiano, que faz crescer a comercialização tanto legal quanto ilegal. Semanas antes de eu retornar ao Brasil, furtaram a minha bicicleta do estacionamento que se localizava no térreo do prédio onde eu residia.

Quando começou a ficar extremamente frio, especialmente em novembro, eu abandonei um pouco a bicicleta, preferia andar a pé. Mas eu observava que o mesmo não acontecia com os holandeses, pois o fluxo de bicicletas continuava intenso mesmo com as baixas temperaturas, o vento e a garoa prolongados.

O tempo de frio extremo é um “mau tempo” para a maioria dos holandeses. Quando eu cheguei na cidade, era verão, julho. Logo as pessoas já me alertaram sobre a necessidade de providenciar casacos quentes e impermeáveis que suportassem o frio. Mas, além do frio, havia reclamação sobre a escuridão do inverno. Costumavam alertar: “O difícil é suportar a escuridão, especialmente para vocês, brasileiros.” Ainda que eu seja do sul do Brasil, acostumada com tempo frio no inverno, há muita diferença na

estética do frio gaúcho em relação ao norte da Europa. A escuridão prolongada e o céu cinza, com nuvens pesadas e escuras, são os grandes diferenciais do frio do norte europeu. No sul do Brasil, temos períodos de muita chuva no inverno, frio úmido e intensa neblina em algumas regiões, mas eles são intercalados com dias frios de bastante luminosidade. A conjunção de sol e frio, no Rio Grande do Sul, explica algumas expressões linguísticas regionais, como o *lagartear*, que significa ir para o sol para se aquecer do frio, tal qual fazem os lagartos.

Os dias de escuridão em Amsterdã eram os dias de experimentar o *Anthropological Blues*. Sentia muita falta do sol. Quando o sol aparecia, tímido, e já logo se recolhia, eram momentos, para mim, de grande emoção. E eram raros. A impressão que eu tinha, em alguns dias, era a de que não chegava a amanhecer. Com o tempo, eu comecei a observar que os holandeses usavam muitos tons coloridos na indumentária, nos acessórios e adornos, na decoração da casa, na pintura das aberturas das casas e dos prédios. Isso chamava a atenção porque o colorido quebrava aquele tom cinzento, escuro. Passei a fazer o mesmo: toda semana eu comprava flores, especialmente tulipas, e as distribuía pelo pequeno apartamento; comprava velas coloridas e acendia no início da noite; usava roupas e acessórios coloridos. Lembro-me de um domingo gelado, mas em que o sol resolveu aparecer por algumas horas, quando eu me vesti com roupas muito coloridas para sair de casa: uma calça amarelo-ouro, um casaco vermelho. Ao sair do prédio em direção à rua, encontrei uma senhora idosa que, ao me ver, exclamou, sorrindo: “*Oh, you’re very, very beautiful, nice!*”

Os momentos do *Anthropological Blues* contrastavam com aqueles de encantamento com a vida em Amsterdã. As idas ao centro antigo, na Amsterdã Central (Canal District), eram um deles. Recordo-me com saudade das idas à feira de livros novos e usados do Spui Book Market, nas sextas-feiras de manhã. Adquiriti muitos livros naquela feira. Havia também artistas que vendiam suas obras de arte e outros objetos. Como eu havia adquirido vários livros, despachei-os para o Brasil com certa antecedência, via correio, para não ter problemas com excesso de bagagem no avião.

## A experiência na Vrije Universiteit Amsterdam

Kant de Lima (1985), no livro *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*, já se indagava sobre algumas questões que, ainda hoje, continuam a nos mobilizar: as condições da produção intelectual brasileira, a importância do olhar atento sobre as nossas categorias de compreensão e análise, a especificidade da nossa produção científica e, sobretudo, os elementos que emergem de uma suposta “identidade acadêmica brasileira” quando confrontada com a diferença vivenciada e experienciada nos contatos e diálogos interculturais proporcionados por uma “estada no exterior” na condição de estudante e/ou pesquisador (a). Para esta última, destaco os nossos próprios *sinais diacríticos* (Manuela Carneiro da Cunha, 1986) na relação com outros fazeres acadêmicos.

Retomei o texto de Kant de Lima (1985) para me inspirar nessa escrita e, surpreendentemente, enxerguei-me em algumas de suas passagens, ainda que o contexto sociocultural descrito pelo autor seja outro, a sociedade norte-americana. Algumas de suas dificuldades, indagações, aproximam-se das minhas e dizem respeito aos nossos estranhamentos, não apenas em relação ao campo, mas ao próprio fazer acadêmico. Por causa disso, em outros momentos, voltarei a dialogar com esse autor.

Assim que eu cheguei à cidade, alojei-me e resolvi algumas questões operacionais básicas, dirigi-me à VU Amsterdam para conhecer pessoalmente o professor Freek Colombijn e a estrutura da universidade. O professor, muito gentil, apresentou-me as principais dependências da universidade, especialmente os espaços por onde eu circularia com mais frequência, bem como providenciou com alguns setores o meu cadastro na biblioteca, a inscrição do e-mail institucional e conduziu-me para a sala que eu deveria ocupar nos próximos meses. Surpreendi-me com o fato de o meu nome já estar impresso em uma pequena placa afixada na porta da sala. Tudo já estava devidamente organizado.

Com o passar dos dias, o professor supervisor foi me apresentando para algumas pessoas que circulavam por ali: outros professores, alunos,

orientandos etc. Quando passava pelo corredor, ao se dirigir a sua própria sala, que ficava mais à frente da nossa, o professor Freek costumava cumprimentar-nos, às vezes de longe, outras vezes se aproximava. Um dia, ao estender a mão para me cumprimentar ele comentou: “Vocês, brasileiros, gostam de cumprimentos assim.”

Lembro-me de que, em certa ocasião, o professor Freek pediu que eu passasse a ele algum texto meu para leitura, então eu fiz uma tradução para o inglês de alguns escritos. Após ler o meu texto, o professor pediu para conversar comigo e fez sugestões de escrita: “Na língua inglesa, não se costuma redigir parágrafos muito extensos, as frases precisam ser curtas, objetivas.” A objetividade da língua inglesa não se expressa apenas na oralidade, mas também na escrita. Alguns constrangimentos nos tiram do lugar de conforto e nos fazem refletir sobre as distinções do próprio fazer acadêmico, tal qual comenta Kant de Lima (1985). Os nossos textos, recheados de vírgulas, pontos e vírgulas, dois-pontos, reticências, contrastam com outros estilos de escrita.

Como articular circulação de saberes, interlocução e diálogos interculturais com aquilo que Geertz (1989) denomina de “autoria” ou “assinatura” dos textos acadêmicos? Geertz, em *El Antropólogo como Autor* (1989), ao discorrer sobre a antropologia que se desenvolve em um cenário pós-colonialista, alerta para a complexidade discursiva que se configura no pensamento antropológico da segunda metade do século XX, pela multiplicidade de autores que se estabelecem no interior da disciplina. Autores que despontam de diversos lugares do planeta, inclusive oriundos de alguns dos cenários descritos nas etnografias clássicas. Geertz (1989) chama a atenção para a pluralidade das experiências do exercício de “estar lá” e para o fato de que o estar lá autoral é tão difícil quanto o estar lá pessoalmente. Aparecer, situar-se, “autorizar-se” no próprio texto é tão difícil quanto a inserção em campo.

O contraste do fazer acadêmico não se revela apenas nas práticas discursivas e no texto escrito, mas também nos ritos acadêmicos. A formalidade do ritual de defesa de tese em Amsterdã contrasta e muito com o que é realizado nas universidades brasileiras. Na VU Amsterdam, os que desejam

assistir à defesa devem chegar com bastante antecedência, pois alguns momentos antes de dar-se início ao ritual fecham-se os acessos para o público em geral. O doutorando, o orientador, o professor convidado — que é uma espécie de paraninfo, padrinho ou madrinha do doutorando — e todos os professores que compõem a banca entram em fila, devidamente concentrados e paramentados. A plateia mantém-se atenta, por vezes tensa, e em silêncio total durante o rito. Ainda que uma defesa de tese cumpra protocolos formais nas universidades brasileiras, há certo relaxamento das etiquetas cerimoniais em vários momentos, seja pela flexibilidade nos tempos de fala de cada membro da banca ou pela introdução de uma arguição mais descontraída, ou pela permissão da entrada e saída, durante todo o tempo de defesa, de pessoas da plateia.

O meu estágio pós-doc. coincidiu com o doutorado sanduíche de dois brasileiros que também estavam na VU, o Luciano Jahnecka, da UFSC, que me auxiliou em algumas saídas de campo, especialmente por ocasião da realização de algumas entrevistas gravadas com a utilização de câmera semiprofissional, o qual, além de me auxiliar nesta parte, sua presença me deixava mais segura nos diálogos prolongados por sua excelente fluência no inglês; a Jessica Greganich, da UFRGS, que também me deu suporte em vários momentos, inclusive participando de algumas saídas de campo em Borneokade, um bairro de Amsterdã, e algumas atividades acadêmicas. Apesar de morarmos em apartamentos separados, costumávamos realizar várias atividades juntos, inclusive o trajeto até a universidade.

Eu costumava tomar emprestado livros da biblioteca da VU Amsterdam e também percorrer muitas livrarias pela cidade de Amsterdã. Com o tempo, eu cheguei à conclusão de que nós não existimos para eles em termos de produção editorial. Se eles leem produções das ciências sociais brasileiras, é provável que seja pelo acesso a artigos publicados em inglês nas revistas científicas. Eu não encontrava obras de autores brasileiros traduzidos para o inglês ou holandês. No entanto, o inverso é muito verdadeiro: a nossa formação, desde a graduação, é construída sobre as bases de teorias e conceitos de autores europeus, pois, ainda que não exista tradução de muitos

livros para a língua portuguesa, nos nossos cursos de pós-graduação somos estimulados a ler os livros em inglês, francês ou espanhol. Em geral, podemos não ter uma excelente fluência de conversação em inglês, mas temos um excelente domínio de leitura em inglês, por força dos próprios cursos de pós-graduação, que, às vezes, em uma mesma semana, chegam a exigir de duzentas a trezentas páginas de leitura de texto em língua inglesa. Essa constatação me leva a concordar com Kant de Lima (1985) quando este chama a atenção para o colonialismo da produção acadêmica.

Outros *sinais diacríticos* da antropologia brasileira que contrastam com a experiência holandesa são a reduzida prática de campo no exterior e a expertise no estudo de temas nacionais (Roberto Cardoso de Oliveira, 2000). Quase todos os alunos e professores holandeses que se apresentavam a mim para falar da sua pesquisa relatavam a sua experiência no exterior, geralmente em algum país do sul do mundo: da América Latina, Oceania, Ásia ou África. Não conheci nenhum(a) pesquisador(a), naquele período, que se ocupasse com o desenvolvimento de uma antropologia urbana da sociedade holandesa, por exemplo.

Se, por um lado, com esse movimento conseguimos excelentes resultados em relação ao desenvolvimento de campos de investigação da etnologia indígena, antropologia urbana e outras subáreas da antropologia brasileira, por outro lado, com as escassas experiências de pesquisa no exterior, perdemos em termos de representatividade e visibilidade de uma produção antropológica que poderia circular mais, deslocar-se mais, mas que se mantém presa a uma espécie de força centrípeta que nos puxa de volta ao centro, ao interior. O contrário do movimento holandês, que parece dar continuidade à tradição de primar por uma alteridade distante do ponto de vista cultural e geográfico — não necessariamente uma *alteridade radical*, tal qual aborda Mariza Peirano (1999) quando analisa as produções da antropologia brasileira ao longo de seu desenvolvimento. Ressalto a complexidade da problematização dos conceitos de proximidade e distância em relação à alteridade porque a alteridade distante do ponto de vista

cultural pode, muitas vezes, estar próxima do ponto de vista geográfico, e vice-versa.

Há condições bem objetivas, de um lado e de outro, Brasil e Países Baixos, que sustentam essas tradições acadêmicas. No caso brasileiro, são gigantes ainda os desafios, tais como: a expansão e internacionalização dos programas de pós-graduação, as desigualdades regionais, a busca por igualdade e equidade de acesso por parte dos alunos que se candidatam, a mobilidade acadêmica desses alunos, entre tantos outros. Há, ainda, muitas dificuldades de deslocamento dos alunos internamente, isto é, entre as diferentes regiões e estados brasileiros.

Em estudo recente sobre a internacionalização dos cursos de pós-graduação, os autores Haeffener, Zanotto e Almeida Guimarães (2021) apontam como um dos desafios das universidades brasileiras a consolidação da cooperação internacional por meio da colaboração efetiva em pesquisa científica, o que vai muito além dos intercâmbios formais firmados entre as instituições. Os autores alertam para o risco de o Brasil construir uma internacionalização subserviente se não souber tirar proveito pleno da cooperação internacional em atividades de ensino e pesquisa.

No que se refere à antropologia brasileira, Carmen Rial (2017) apresenta uma abordagem historicizada ao mostrar os desbravadores desse movimento de internacionalização, ao longo do século XX, e também o panorama atual dos cursos de pós-graduação em antropologia e os desafios para ampliar e qualificar a internacionalização. Ao mencionar o movimento incipiente de alguns antropólogos brasileiros que, nas últimas décadas, passaram a etnografar grupos no contexto das sociedades europeias, Rial (2017) menciona a persistência da postura colonial da antropologia francesa, que, nos anos 1990, ainda dividia a antropologia mundial e seus pesquisadores em três grandes grupos: os Americanistas, os Oceanistas e os Africanistas. A autora narra que, quando indagada sobre em qual das designações ela se incluía, costumava dizer que era Europeísta, porque acreditava e acredita que os habitantes do Norte também podem ser vistos como “nativos”.

Rial (2017) e outras pesquisadoras (es) da antropologia brasileira, que realizaram esse deslocamento nos anos 1990, são também desbravadoras(es), porém, elas/eles inauguraram um deslocamento de outro tipo, pois, diferente das gerações anteriores, que saíam para o exterior mobilizadas para buscar formação\titulação acadêmicas, a sua geração motivou-se, sobretudo, pela possibilidade de realizar a pesquisa de campo no exterior. Desse modo, contribuíram para o desenvolvimento de uma antropologia que confrontou a lógica colonial Norte → Sul, característica que marcou as antropologias centrais (Cardoso de Oliveira, 2000), em prol de um movimento Sul → Norte, colocando o europeu na condição de nativo. A evidência desse caráter desbravador, hoje, está no fluxo de estudantes de doutorado e pós-doutorado que realizam pesquisa nos países do Norte, encaminhados por essas mesmas pesquisadoras(es), que organizam e coordenam este fluxo a partir dos seus programas de pós-graduação no Brasil.

## Os diálogos em campo e o Anthropological Blues

Eu consegui realizar a pesquisa de campo com moradores de casas-barco graças à ajuda de uma pesquisadora com a qual eu dividia a sala na VU Amsterdam, a Joan Van Wijk. Ela costumava ser uma das mais assíduas frequentadoras daquele espaço. Joan foi fundamental porque me apresentou à sua comadre, que vivia em casa-barco em uma localidade denominada Borneokade. A partir desse primeiro contato, muitos outros se estabeleceram.

Joan não foi apenas a “madrinha de campo”, aos poucos se transformou em uma amiga, com a qual eu passei a estabelecer trocas afetivas e que se tornou uma referência na cidade. Em janeiro de 2019, eu retornei à Amsterdã, foi uma estada rápida, de dois dias, mas avisei-lhe com antecedência de que eu estaria na cidade, e combinamos de nos encontrar. Eu estava com alguns familiares, e marcamos, então, de jantarmos todos juntos.

Intensifico na narrativa a dimensão da experiência pessoal, existencial, de que nos fala Da Matta (1978). Dimensão esta, diga-se, bastante prejudicada no cenário da pandemia. Para nós, antropólogos(as), a pandemia

limitou as possibilidades das trocas que se estabelecem na relação face a face, nas interações sociais diretas, no *estar lá* corporalmente, não apenas virtualmente. Não quero desmerecer todo um campo de pesquisa importante que vem crescendo na antropologia, do estudo das interações sociais estabelecidas pelas redes sociais, a *netnografia*, a etnografia virtual, a etnografia digital, cujos estudos vêm se mostrando fundamentais durante a pandemia e tendem a ganhar notoriedade e centralidade nas pesquisas acadêmicas do próximo período.

Faço aqui uma espécie de defesa da etnografia face a face não como um contraponto a tantas outras possibilidades do exercício etnográfico (etnografia de arquivos, etnografia virtual, *netnografia*), mas para enfatizar exatamente essa dimensão humana, do aprendizado pela convivência direta, das trocas intersubjetivas, fundamentais para a experiência do *Anthropological Blues*, seja esse experienciado durante a pesquisa de campo, tal qual nos propõe Da Matta (1978), seja experienciado depois, na condição do *estar aqui*.

As recordações de campo, provocadas e revigoradas durante a pandemia, soam como uma melodia triste, como um *blues*. Assim o é porque elas acionam um tempo que se mostra distante, quando não se pensava na hipótese de que a convivência com “o outro” pudesse ser uma ameaça. As trocas, os encontros e a proximidade física entre os sujeitos eram naturalizados. Ao revitalizar essas recordações, pergunto-me sobre como estariam alguns espaços em Amsterdã durante a pandemia: pequenos pubs, cafeterias, restaurantes, pequenos comércios que chamavam a atenção por seus espaços estreitos, escondidos, apertados. Eu ficava impressionada com o tamanho de alguns estabelecimentos, o que era uma contradição imensa em relação ao público que recebia e que me levava a concluir que, no Brasil, em geral, tem-se muito mais espaço.

A primeira casa-barco (ou seria barco-casa?) que eu visitei, denominada *Vleiland*, era um barco navegável, isto é, era uma casa, mas também um barco apto à navegação. Por que as lembranças do(a) *Vleiland* soam como um *blues*? Porque eu costumava ir semanalmente a Borneokade e aos encontros no *Vleiland* que ocorriam todas as quartas-feiras, desde setembro de 2013 a

janeiro de 2014. Os proprietários serviam jantares no *Vleiland* para amigos e conhecidos. Esses jantares eram reservados com antecedência. No início da semana, recebíamos o menu e confirmávamos a ida. O *Vleiland* era um barco razoavelmente pequeno diante de outros que eu visitara, mas, ainda assim, abarcava uma boa quantidade de pessoas. É difícil imaginar, hoje, a imposição do “distanciamento social” no interior do *Vleiland*. O fato de ser pequeno era o que o tornava acolhedor, aconchegante. Ficávamos relativamente perto uns dos outros, de modo que as trocas e os diálogos eram facilitados pela proximidade física. A partir dos proprietários do *Vleiland*, eu conheci outros moradores da região que viviam em casas-barco e que se tornaram também meus interlocutores da pesquisa.

Além de Borneokade, fiz algumas incursões de campo em uma região próxima de onde eu residia e que eu descobri devido aos itinerários que percorria de bicicleta, Amsteldijk. Para efeito de registro visual, também atentei para o Canal District, que se estende desde a Central Station aos bairros que o circundam. Parte das narrativas registradas com os moradores das casas-barco e outros dados da pesquisa podem ser acessados no texto “‘Aqui sempre se precisa lutar para manter os pés secos’ – narrativas etnográficas da vida sobre a água entre moradores de casas-barco de Borneokade e Amsteldijk, Amsterdam/Netherlands” (Nunes; Jahnecka, 2016).

Em Uilenstede/Amstelveen, tínhamos um grupo que costumava se encontrar com frequência, especialmente nos fins de semana. Esse grupo era formado basicamente por alguns brasileiros, vários sul-africanos e outras nacionalidades em menor número. Teve um dia que eu convidei uma amiga sul-africana para ir comigo conhecer o *Vleiland*. Comuniquei aos proprietários e fiz duas reservas para o jantar. Ela amou o lugar, a magia de estar no interior de uma casa-barco e a comida maravilhosa que foi servida. Então, no mês de janeiro, por ocasião da minha despedida de Amsterdã, reunimos um grande grupo de estudantes residentes em Uilenstede\Amstelveen para jantar sobre o *Vleiland*. Lotamos a casa-barco, e esta passou a ser uma referência para outros pesquisadores que iriam permanecer em Amsterdã\Amstelveen por mais tempo.

Hoje, pequenos gestos soam como um *blues*: a recepção calorosa e afetuosa da interlocutora Parel, que me presenteou com uma linda lembrança por ocasião do meu retorno; da confiança da interlocutora Saar, que me emprestou livros sobre Amsterdã no desejo de contribuir com a minha pesquisa; da disponibilidade e paciência do casal Hugo e Victoria, pelos diálogos em campo, com os quais eu muito aprendi sobre os Países Baixos; o carinho e a atenção a mim dedicados pela querida Suzanne, assídua frequentadora do *Vleiland*. E para mencionar, mais uma vez, as presenças constantes de Joan Van Wijk, Jessica Greganich, Luciano Jahnecka e a dedicação e solicitude do professor Freek Colombijn. Então, o *blues* alcança os interlocutores diretos, sujeitos da pesquisa, os moradores das casas-barco, mas também os interlocutores indiretos, aqueles que me auxiliaram de algum modo para que a pesquisa acontecesse. Alguns desses, desde então, passaram a constituir a minha rede de contatos e de referências importantes, seja no campo profissional, no campo dos afetos ou em ambos.

## Considerações finais

Nesta escrita, optei por narrar mais a experiência da viagem — desde a sua preparação, deslocamento, estranhamento, diálogo em campo e a dimensão humana e existencial do *anthropological blues* —, e menos a pesquisa propriamente dita. A escolha foi proposital. Os leitores interessados nos dados da pesquisa que foi realizada podem acessar publicação anterior já previamente citada (Nunes; Jahnecka, 2016). Além de narrar a experiência que eu chamei de subjetiva e existencial, a partir do diálogo com Da Matta (1978), eu procurei situar como essa experiência singular liga-se a outras experiências e a movimentos existentes no interior da antropologia e dos cursos de pós-graduação no Brasil. Abre-se, então, possibilidades de reflexão sobre os atuais desafios da internacionalização da pesquisa e dos cursos de pós-graduação brasileiros, levando-se em consideração a geopolítica do conhecimento e as assimetrias e disparidades globais. Apresento alguns elementos provocativos ao debate sobre como romper com a lógica

colonialista quando os encontros interculturais acontecem na academia e *quando os índios somos nós* (Kant de Lima, 1985).

Por causa do cenário da pandemia, o texto ganhou um matiz diferenciado. Talvez em outro momento eu não fizesse a defesa da etnografia nos seus moldes clássicos com tanta ênfase. Como anuncia Mariza Peirano (1995) em *A favor da etnografia*, tudo começou quando Malinowski quis confrontar os “trobriandeses de carne e osso”. E por mais que se ampliem nossas possibilidades de campo e de constituição de objetos/sujeitos de pesquisa, reservamos um lugar bastante especial para a tal descoberta antropológica oriunda do encontro com nativos de carne e osso e da experimentação do *Anthropological Blues*.

## Referências

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/USP, 1986.

DA MATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘*anthropological blues*’”. In: E. O. Nunes (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 23-35.

GEERTZ, Clifford. *El Antropologo como Autor*. Barcelona; Buenos Aires; México: Studio Paidós, 1989.

HAEFFNER, Cristina; ZANOTTO, Sônia Regina; ALMEIDA GUIMARÃES, Jorge. Internacionalização da Universidade Brasileira: desafios e perspectivas na busca pelo padrão de Universidade de classe mundial. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 17, n. 37, p. 1-28, jul. 2021.

KANT de LIMA, Roberto. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NUNES, Margarete Fagundes; JAHNECKA, Luciano. “Aqui sempre se precisa lutar para manter os pés secos” — Narrativas etnográficas da vida sobre a água entre moradores de casas-barco de *Borneokade* e *Amsteldijk*, *Amsterdam/*

Netherlands”. In: RIAL, Carmen (Org.). *O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: ABA, 2016. Disponível em: [OPoderDoLixoAbordagensAntropologicasDosResiduosSolidos-1.pdf](#) (ufsc.br). Acesso em: 29 de novembro de 2021.

PEIRANO, Mariza. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1995.

PEIRANO, Mariza. A Alteridade em Contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. *Série Antropologia*. Brasília: UNB, 1999. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie255empdf.pdf>.

RIAL, Carmen. Circulação de pessoas e de coisas: a internacionalização da Antropologia brasileira e seus desbravadores. In: RODRIGUES, Lea Carvalho; PEIXOTO, Isabelle Braz (Orgs.). *Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico*. Fortaleza: ABA Publicações, 2017.